



GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decisão, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

Quem é você no bandeirão? O papel do OcupaIFCS na subversão paradigma de exclusão alimentar na UFRJ

Autoria: Millena Juliette Teles Moraes Ventura, Isabelle Ferreira Nogueira Rhayssa Dandara Nogueira da Silva

Após uma longa greve no ano de 2015, que estendeu o segundo período letivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro até 2016, eclodiu uma ocupação no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e no Instituto de História, que são abrigados pelo prédio localizado no Largo São Francisco, nº 1 no Centro do Rio de Janeiro. Chamada por seus ocupantes de Ocupa IFCS, o movimento teve um mês e quatro dias de duração, no qual somaram a participação de discentes do campus em questão, discentes de outros cursos da universidade, secundaristas que ocupavam seus respectivos colégios e pessoas que simpatizavam com esse tipo de ação, sendo marcado por uma pluralidade de perfis. Identificados pelos próprios participantes como um movimento, o grupo tinha como pauta maior a instalação de um Restaurante Universitário - popularmente chamado como bandeirão- no campus, uma vez que era uma questão antiga de reivindicação, devido a mudança de perfil dos estudantes e o alto valor gasto por dia para a alimentação, principalmente para cursos integrais. Entretanto, por mais que essa fosse a pauta que guiou o início da ocupação, ela não era a única. O presente work busca demonstrar papel da alimentação como um ato político, não apenas pelo verbo comer enquanto um direito fundamental, mas também como uma pauta que perpassa outros direitos fundamentais como a educação. Buscamos entender como a alimentação pode ser um parâmetro para identificação das desigualdades dentro do ensino superior, a construção da narrativa de conquista e fracasso e em como a antropologia da alimentação pode contribuir no entendimento de um movimento de grande amplitude.



[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

